

PANORAMA GERAL

Entre os principais fatos que marcaram a conjuntura econômica do segundo trimestre, destacam-se as expectativas consensuais de um processo hiperinflacionário a partir de um ponto impreciso do futuro próximo, as impossibilidades colocadas à retomada estável do crescimento e, finalmente, as dificuldades cambiais que levaram à quebra da normalidade das relações entre o Brasil e os credores externos, com a centralização das operações de câmbio no Banco Central.

Decorre desses fatos a constatação inevitável de que nem a política econômica convencional do tipo "feijão-com-arroz" nem os choques de caráter heterodoxo do tipo Plano Verão evidenciaram capacidade para conter o processo de agravamento da crise.

Esse agravamento tem como aspecto mais palpável a intensa fuga de capitais que se assistiu recentemente na forma de remessa de lucros, dividendos e repatriamento de capital de risco. Esse movimento de evasão de recursos revela a natureza das expectativas que os agentes econômicos alimentam sobre o futuro da economia. Além disso, o mesmo fato trouxe desequilíbrios nas contas do balanço de pagamentos, de forma a impor uma nova derrota à política econômica seguida, precisamente em sua frente prioritária. Face a esse quadro, não há como pretender a defesa da ação econômica do Governo em qualquer um de seus aspectos. Essa ação está derrotada pelos problemas que deveria solucionar.

Não se pode esperar do atual Governo, no período do término de sua gestão, que realize as reformas que seriam necessárias para atacar as causas da crise.

Como tanto tem sido repetido, essas reformas devem refazer a capacidade de investimento público e diminuir a remessa de recursos para o Exterior a título de pagamento dos serviços da dívida externa.

Assim, espera-se somente que o Governo, dentro das limitações da política econômica que vem seguindo, dobre esforços para evitar a hiperinflação. Da mesma forma, cabe-lhe preservar o nível das reservas externas, para evitar, entre outras dificuldades, as pressões e a intransigência do sistema financeiro internacional. Com problemas cambiais e inflacionários, com as contas governamentais sofrendo o forte impacto dos estoques das dívidas públicas interna e externa, a retomada do crescimento fica bloqueada. Cabe a expectativa de que as mudanças futuras no quadro político propiciem as reformas institucionais que recoloquem o País na rota do crescimento, única e exclusiva via para a modernização.